

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 24 de junho de 2024 às 08h09
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Propriedade Intelectual

Amazon e Mercado Livre podem sair do ar por venda de celulares ilegais; entenda 3

VICTOR CARVALHO

Jota Info | BR

21 de junho de 2024 | Arbitragem e Mediação

Sanções econômicas e crises políticas: como lidar com as complexidades da arbitragem - JOTA . 7

Metrópoles Online | DF

21 de junho de 2024 | Pirataria

OMS alerta para venda de Ozempic fake no Brasil. Veja como reconhecer 10

BETHÂNIA NUNES

Teletime News | SP

21 de junho de 2024 | ABPI

Sessão solene na Câmara dos Deputados marca os 35 anos do .br 12

Terra - Notícias | BR

21 de junho de 2024 | Direitos Autorais

Várias empresas de IA contornam padrão para extrair conteúdo de sites de mídia, diz empresa de licenciamento 5

Amazon e Mercado Livre podem sair do ar por venda de celulares ilegais; entenda



Anatel esclarece punições para lojas de varejo que vendem celulares ilegais no Brasil; multa diária pode chegar a R\$ 6 milhões

Durante uma coletiva de imprensa realizada na tarde de hoje (21), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) esclareceu punições para lojas de varejo que descumprirem as novas regras que buscam barrar a venda de celulares ilegais no Brasil, com multa diária que pode chegar a R\$ 6 milhões até medidas extremas para retirada dos e-commerces do ar, bloqueando domínios, em caso de descumprimento.

A coletiva aconteceu para anunciar o calendário de medidas cautelares para empresas não conformes, ou seja, aquelas que possuem mais de 30% de anúncios de celulares não homologados pela Anatel.

Nesta categoria, estão duas gigantes do varejo nacional: a Amazon, que lidera a lista com 51,5% de anúncios de celulares não homologados, e o Mercado Livre, com 42,8%.

Entenda as possíveis punições em caso de não conformidade A partir desta sexta, 21 de junho, empresas classificadas como "não conforme" terão 15 dias para se adequar à medida e, assim, exibir apenas anúncios com selo de certificação Anatel, garantindo que o equipamento seja homologado.

Primeira punição Em caso de descumprimento após o período de 15 dias, as lojas receberão multa diária de R\$ 200 mil com um novo prazo adicional de 10 dias para adequação.

Segunda punição A partir do 11º dia sem se adequar, a Anatel passa a aplicar uma multa diária de R\$ 1 milhão (somada à multa de R\$ 200 mil por dia da primeira punição) e a determinação da retirada de todos os anúncios de telefones celulares da plataforma.

Essa remoção seria tanto para aparelhos ilegais quanto para os legalizados.

Terceira punição Não se cumprindo a medida cautelar até o 21º dia, a multa passa a valer mais R\$ 6 milhões por dia, e todos os aparelhos passíveis de homologação pela Anatel são retirados da plataforma, sejam de anúncios legalizados ou não.

Punição final Por fim, a medida mais extrema acontece após 25 dias de descumprimento da medida cautelar, onde o e-commerce é retirado do ar por não respeitar a determinação, mantendo a desativação até a regularização dos anúncios.

A Anatel faria essa remoção do marketplace da internet obrigando todas as operadoras de telecomunicações a bloquearem o domínio dessa loja na web (endereço que o consumidor digita no navegador).

Calendário de descumprimento da medida cautelar De acordo com o superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Anatel, Vinicius Oliveira Caram Guimarães, "caberá à Anatel fazer a fiscalização dos e-commerces brasileiros" para classificar a conformidade de todos eles.

Conformidade das plataformas O último monitoramento foi realizado entre os dias 1 e 7 de junho,

Continuação: Amazon e Mercado Livre podem sair do ar por venda de celulares ilegais; entenda

com a Amazon liderando a lista com mais de 51% de celulares à venda em seu site sendo modelos não homologados.

Em suma, a cada 10 celulares anunciados na Amazon, 5 estão em situação irregular.

Logo em seguida está o Mercado Livre com mais de 42% de celulares não homologados, onde 4 em cada 10 anúncios são de aparelhos ilegais.

As Lojas Americanas aparecem com situação parcialmente conforme, enquanto as Casas Bahia, Magazine Luiza, Carrefour e Shopee estão em conformidade.

Classificação das plataformas de e-commerce segundo Anatel Em maio, a Amazon removeu anúncios de celulares ilegais após pedido da Senacon e revelou que vendedores parceiros tiveram suas lojas suspensas temporariamente pela venda de smartphones irregulares.

Na época, os vendedores poderiam recorrer apresentando à Amazon a documentação que comprovasse a regularidade de cada produto.

Também em maio, o Mercado Livre alegou que trabalha ativamente para tentar barrar a veiculação de anúncios ilegais e venda de aparelhos irregulares.

As novas medidas da Anatel visam fortalecer as regras e aplicar punições em caso de descumprimento. O conselheiro Artur Coimbra de Oliveira afirma que

"a agência vem trabalhando nesse assunto há anos" ao se aproximar dos marketplaces, comerciantes e importadores "com um perfil cooperativo" para evitar surpresas.

"É importante contextualizar esse histórico de tentativas de cooperação para que não se pense que esta é uma medida drástica ou repentina". Segundo ele, "é o resultado de uma falta de cooperação de alguns agentes ao longo desse processo" que já dura pelo menos três anos.

Posicionamento oficial do Mercado Livre

O Mercado Livre informa que, em 14/06/2024, apresentou à Anatel, de maneira colaborativa e proativamente, as novas medidas implementadas em sua plataforma para coibir a venda de produtos não homologados, prezando pela qualidade da experiência dos seus usuários. Quando um produto irregular é identificado na plataforma, o anúncio é excluído e o vendedor notificado, podendo até ser banido definitivamente. O Mercado Livre reitera ainda que mantém sua determinação em colaborar com a Anatel e com as fabricantes de celulares no combate a produtos irregulares, por meio de várias iniciativas, incluindo o seu programa de proteção à **propriedade** intelectual, o Brand Protection Program, bem como a ferramenta CAP - Cooperation Agreement Program. O Mercado Livre tem trabalhado em conjunto com a agência e de forma colaborativa, em linha com a cooperação permanente que mantém com os setores público e privado para combater irregularidades.

Várias empresas de IA contornam padrão para extrair conteúdo de sites de mídia, diz empresa de licenciamento

Várias empresas de inteligência artificial estão contornando um padrão comum da web usado por editoras para bloquear a extração de conteúdo de seus sites para uso em sistemas de inteligência artificial generativa, informou a startup de licenciamento de conteúdo TollBit às editoras.

A carta às editoras vista pela Reuters nesta sexta-feira, que não cita o nome das empresas de IA ou das editoras afetadas, surge em meio a uma disputa pública entre a startup de pesquisa de IA Perplexity e o veículo de mídia Forbes envolvendo o mesmo padrão da web e um debate mais amplo entre empresas de tecnologia e mídia sobre o valor do conteúdo na era da IA generativa.

A editora de mídia de negócios acusou publicamente a Perplexity de plagiar suas matérias investigativas em resumos gerados por IA sem citar a Forbes ou pedir sua permissão.

Uma investigação da Wired publicada esta semana descobriu que a Perplexity provavelmente contornou os esforços para bloquear seu rastreador de web por meio do Protocolo de Exclusão de Robôs, ou "robots.txt" -- um padrão amplamente aceito destinado a determinar quais partes de um site podem ser rastreadas.

A Perplexity recusou um pedido da Reuters para comentar a disputa.

A TollBit, uma startup em estágio inicial, está se posicionando como uma intermediária entre empresas de IA ávidas por conteúdo e editoras dispostas a fechar acordos de licenciamento com elas.

A empresa rastreia o tráfego de IA para os sites das editoras e usa análises para ajudar os dois lados a che-

gar a um acordo sobre as taxas a serem pagas pelo uso de diferentes tipos de conteúdo.

Por exemplo, as editoras podem optar por definir taxas mais altas para "conteúdo premium, como as últimas notícias ou insights exclusivos", diz a empresa em seu site.

A empresa diz que tinha 50 sites ativos em maio, embora não os tenha nomeado.

De acordo com a carta da TollBit, a Perplexity não é a única infratora que parece estar ignorando o "robots.txt".

A TollBit disse que suas análises indicam que "vários" agentes de IA estão ignorando o protocolo, uma ferramenta padrão usada pelas editoras para indicar quais partes do site podem ser rastreadas.

O protocolo "robots.txt" foi criado em meados da década de 1990 como uma forma de evitar a sobrecarga de sites com rastreadores da web. Embora não exista um mecanismo de aplicação legal, historicamente tem havido uma ampla conformidade na web.

Mais recentemente, o "robots.txt" se tornou uma ferramenta importante usada pelos editores para impedir que as empresas de tecnologia absorvam seu conteúdo gratuitamente para uso em sistemas de IA generativos que podem imitar a criatividade humana e resumir artigos instantaneamente.

As empresas de IA usam o conteúdo para treinar seus algoritmos e para gerar resumos de informações em tempo real.

Algumas editoras, incluindo o New York Times, processaram as empresas de IA por violação de **direitos**

Continuação: Várias empresas de IA contornam padrão para extrair conteúdo de sites de mídia, diz empresa de licenciamento

autorais em relação a esses usos. Outras estão assinando contratos de licenciamento com as empresas de IA abertas a pagar pelo conteúdo, embora as partes frequentemente discordem sobre o valor dos materiais. Muitos desenvolvedores de IA argumentam que não infringiram nenhuma lei ao acessá-los gra-

tuitamente.

A Thomson Reuters, proprietária da Reuters News, está entre as que fecharam acordos para licenciar conteúdo de notícias para uso por modelos de IA.

Sanções econômicas e crises políticas: como lidar com as complexidades da arbitragem - JOTA



Na Conferencia Latinoamericana de Arbitraje, especialistas debateram como crises políticas podem afetar a **arbitragem**

Rio de Janeiro, Rj, BRASIL. 20/06/2024. CCBC - Câmara de Comércio Brasil Canada. Evento: CLA 2024 - Conferencia Latino-americana de **Arbitragem** Internacional. Local: Copacabana Palace - Copacabana. (Foto: Alex Ferro / CCBC).

Especialistas em **arbitragem** internacional estão reunidos no Rio de Janeiro para debater sobre as crescentes complexidades das práticas internacionais arbitrárias e como lidar com elas. Especialmente o cenário da **arbitragem** nos Estados Unidos, União Europeia e América Latina está em discussão na 14ª edição da Conferencia Latinoamericana de Arbitraje (CLA) 2024, organizada pelo Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), que ocorre entre os dias 20 e 21 deste mês.

Tenha acesso ao JOTA PRO Poder, uma plataforma de monitoramento político com informações de bastidores que oferece mais transparência e previsibilidade para empresas. Conheça!

Gabrielle Kaufmann Kohler, presidente honorária do Conselho Internacional para **Arbitragem** Comercial (ICCA), abriu a CLA 2024 ressaltando a ne-

cessidade de se pensar no processo completo para que se possa chegar à redução de atrasos e custos. Com atuação de quatro décadas na **arbitragem** internacional, Kohler observou que, em algumas áreas, a América Latina foi mais relutante com a inclusão da **arbitragem** em seus processos. Porém, pontuou que, ao mesmo tempo, a prática da **arbitragem** tem crescido na região de forma sofisticada, ocasionando o surgimento de obstáculos que abalam sua eficiência.

Por isso, defendeu a transparência no processo arbitrário, bem como a assertividade dos Tribunais para que se reduza o tempo das audiências - assim como aceitá-las somente em casos em que haja a necessidade "clara e real" de sua realização. Em sua visão, com a adoção dessas medidas, o processo da **arbitragem** pode se tornar mais eficiente e atrativo aos seus usuários.

"Pensando a curto prazo, precisamos preservar o interesse dos atores da **arbitragem**. Precisamos considerar os seus riscos. Em outras palavras, a comunidade internacional de **arbitragem** tem que considerar e ter uma visão perceptiva do futuro e incentivar os atores de **arbitragem** a defenderem os interesses dos usuários", concluiu Kohler.

Arbitragem e sanções econômicas internacionais

No primeiro painel da Conferência, os painelistas Yves Derains, diretor do Departamento Legal do Conselho Internacional de **Arbitragem**; Julie Bédard, head do Grupo de Litigância e **Arbitragem** Internacional para as Américas do Skadden; Diego Durán de la Vega, co-chair do grupo de Disputas da América Latina no Hughes Hubbard; Diego Gosis partner no GST LLP; e Maria Claudia Procopiak, expert internacional em **arbitragem**, debateram sobre as sanções econômicas internacionais no âmbito da **arbitragem**.

Continuação: Sanções econômicas e crises políticas: como lidar com as complexidades da arbitragem - JOTA

Durante sua fala, Bédard comentou sobre o papel dos Estados Unidos e da União Europeia como os principais impositores de sanções econômicas no cenário mundial. Em seu ponto de vista, as sanções noticiadas recentemente - como o caso da Rússia em relação à Ucrânia, o Irã, a Qatar Airways e a Venezuela, no cenário latino - foram decorrentes de eventos muito dramáticos e que afetaram principalmente a população desses países. As pessoas deveriam refletir sobre isso. As sanções estão tendo alguma efetividade?, indagou.

Para Durán de la Vega, as sanções podem acabar ocasionando uma espécie de desequilíbrio e desigualdade entre as partes, visto que sua aplicação não é igualitária. Além disso, comentou sobre o status leproso em que o Estado ou instituição sancionados passam a ter após receberem as condenações. Além do risco de estar sujeito a sanções primárias ou secundárias, há a morte social que se ocorre quando se está sancionado. Existe uma desigualdade de armas, o que faz com que se existam contramedidas. As sanções são criadas para mudar o comportamento das partes, mas nem sempre muda da forma como era prevista, destacou.Â

Já Maria Claudia Procopiak define que a prática excessiva de sanções pode tornar as causas arbitrárias inoperantes. Quando uma convenção de **arbitragem** se torna inoperável e sem ação? A nossa primeira reação é: isso não vai acontecer. Isso pode talvez não ser o caso, mas a verdadeira questão é que os níveis práticos podem chegar ao ponto de se negar a justiça, comentou.Â

Impacto da crise política nacional e internacional na **arbitragem**

No painel da tarde, Cristián Conejero, Fernando Tupa, María del Carmen Tovar, Débora Visconte e Bernardo Wayar Caballero falaram sobre os impactos que o desenvolvimento de crises políticas nacionais e internacionais desencadeiam no campo da **arbitragem**.

Cristián Conejero, especialista em **arbitragem** internacional, fez um retrospecto histórico sobre a diplomacia e as evoluções democráticas percorridas durante os séculos XIX e XX. Além disso, comentou sobre o aumento do número de conflitos políticos, sobretudo na região da América Latina. Segundo ele, esses conflitos afetam as disputas - o que ele chama de fator subjacente -, a eficiência e a normativa da **arbitragem**.

Já Fernando Tupa, especialista em investimento e disputas comerciais complexas, explica que no contexto da **arbitragem**, os conflitos políticos podem trazer alguns obstáculos. O principal deles, segundo ele, é o surgimento de árbitros de nacionalidades que estão desenvolvendo alguma crise política interna - como o caso da Venezuela -, com os Tribunais podendo discutir a sua recusa por conta da nacionalidade que eles representam. Assim, cita que essa situação pode gerar sanções, do ponto de vista processual lógico, bem como ter um efeito inverso na **arbitragem**.Â

Em relação ao cenário brasileiro, Débora Visconte, vice-presidente do Comitê Brasileiro de **Arbitragem**, observa que há uma falha de governabilidade no país, principalmente quando ocorre uma transição de governos de diferentes espectros políticos. Como exemplo, menciona o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que, em seu ponto de vista, atacava a **arbitragem**. Hoje, ela analisa que a **arbitragem** no país, em relação ao Estado, "está indo em boa direção".

"[No Brasil] a crise política, nesse aspecto da **arbitragem**, fica um pouco de lado. No país, a gente sempre teve muitos desafios, principalmente em relação ao arcabouço legal da **arbitragem**. Existem hoje 134 Projetos de Lei e 99 estão na Câmara dos Deputados", mencionou. Visconte também teceu críticas ao PL 1289/2024, de autoria do deputado Tião Medeiros (PP-PR). Para ela, esse PL cria mais problemas que soluções à **arbitragem**, visto que as câmaras não estão equipadas para lidar com esse tipo

Continuação: Sanções econômicas e crises políticas: como lidar com as complexidades da arbitragem - JOTA

de atividades.

Procedimentos administrados no Brasil

Na abertura da Conferência, Rodrigo Garcia da Fonseca, presidente do CAM-CCBC, ressaltou a importância da **arbitragem** no país e a necessidade de união com os demais países da América Latina. "O Brasil quer e precisa estar mais unido aos seus vizinhos, trocando experiências e crescendo juntos", afirmou.

Uma pesquisa produzida e divulgada recentemente pelo CAM-CCBC registrou um aumento de 14% no número de novas ações administradas no ano de 2023. De acordo com relatório interno Facts & Figures, a instituição passou de 121 casos, em 2022, para 138 processos no ano passado. Com R\$ 13 bilhões em arbitragens, o valor médio das ações subiu de cerca de 40%, foi de R\$ 79,9 milhões para R\$ 114,3 milhões.

De acordo com o relatório, houve uma maior pre-

sença de partes internacionais nos procedimentos administrados no Brasil. Em 2023, as ações do CAM-CCBC envolveram pelo menos 17 países diferentes, com maior participação da China, com 23% das partes, Portugal, 22%, Estados Unidos, 13%, e, Alemanha e Paraguai, ambos com 6,7%. Em contraste, no ano de 2022, as ações envolveram partes de 11 países, uma diferença de 57% em relação ao ano posterior.

* A reportagem viajou a convite do Centro de **Arbitragem e Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC)

Mirielle Carvalho - Repórter em São Paulo. Atua na cobertura política e jurídica do site do JOTA. Estudante de Jornalismo na Universidade Anhembi Morumbi. E-mail:

OMS alerta para venda de Ozempic fake no Brasil. Veja como reconhecer



Em comunicado, a OMS informou que lote de Ozempic falsificado está sendo comercializado no Brasil. Remédio fake pode prejudicar a saúde

A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta, nessa quinta-feira (20/6), sobre a identificação de três lotes falsificados de Ozempic, vendidos no Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. O medicamento é destinado ao tratamento da diabetes tipo 2 e usado, de forma "off label", para o emagrecimento.

O alerta é o primeiro comunicado oficial após a confirmação de relatos de **falsificação**. O Sistema Global de Vigilância e Monitorização da OMS (GSMS) registrou um aumento de relatórios sobre produtos de semaglutida falsificados em todo o mundo desde 2022.

Os lotes falsificados de Ozempic foram detectados no Brasil e no Reino Unido, em outubro de 2023, e nos Estados Unidos, em dezembro de 2023.

No Brasil, o lote identificado foi o LP6F832, com validade até novembro de 2025. O produto não foi reconhecido pela Novo Nordisk, fabricante do Ozempic, caracterizando-o como uma **falsificação**.

A OMS alerta que o uso de produtos falsificados, sem as matérias-primas necessárias, pode causar inú-

meros prejuízos à saúde, como o descontrole da glicose no sangue ou não levar à perda de peso.

Além disso, há o risco de outros ingredientes ativos não declarados estarem presentes nas injeções. "Por exemplo, insulina, conduzindo a uma gama imprevisível de riscos ou complicações para a saúde", considera a agência.

"A OMS aconselha os profissionais de saúde, as autoridades reguladoras e o público a estarem atentos a estes lotes falsificados de medicamentos. Apelamos às partes interessadas para que interrompam qualquer utilização de medicamentos suspeitos e informem as autoridades relevantes", orientou a médica Yukiko Nakatani, especialista da OMS para o acesso a medicamentos e produtos de Saúde.

4 imagens Fechar modal. 1 de 4 Medicamentos de origem duvidosa podem ameaçar a vida Reprodução/Facebook 2 de 4 Clientes só podem comprar Ozempic com receita médica Reprodução/Facebook 3 de 4 Consultar lote e informações básicas antes de usar o remédio evita problemas no futuro Reprodução/Facebook 4 de 4 Remédio com preço pela metade do preço tabelado é certamente um anúncio falso Reprodução/

Aumento da procura por Ozempic

Embora tenha observado um aumento expressivo na procura por medicamentos à base de semaglutida, a OMS não os incluiu como parte dos tratamentos recomendados para o controle do diabetes devido ao alto custo.

"A barreira dos custos torna estes produtos inadequados para uma abordagem de saúde pública, que visa garantir o acesso mais amplo possível aos medicamentos a nível da população e encontrar um equilíbrio entre o padrão de cuidados mais bem

Continuação: OMS alerta para venda de Ozempic fake no Brasil. Veja como reconhecer

estabelecido e o que é viável em larga escala em termos de recursos", esclarece.

Como evitar **falsificações?**

"Para se protegerem de medicamentos falsificados e dos seus efeitos nocivos, os pacientes devem comprar medicamentos mediante receita de médicos licenciados e evitando adquiri-los de fontes desconhecidas ou não verificadas, como as en-

contradas on-line", orienta a agência.

A OMS também recomenda que os usuários verifiquem a embalagem e o prazo de validade no momento da compra.

Siga a editoria de Saúde no Instagram e fique por dentro de tudo sobre o assunto!

Sessão solene na Câmara dos Deputados marca os 35 anos do .br



Foto: Roberto Rodrigues

A Câmara dos Deputados realizou na manhã dessa quarta-feira, 19, uma sessão solene em **homenagem** aos 35 anos do .br, completados no último dia 18 de abril.

Proposta e presidida pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB), a sessão especial reuniu pioneiros da Internet no País entre eles, o diretor-presidente do NIC.br, Demi Getschko, o secretário executivo do CGI.br, Hartmut Glaser, e a coordenadora do órgão, Renata Mielli, o cientista de redes Michael Stanton e o diretor executivo do Instituto Nupef, Carlos Afonso.

“Nos momentos em que tive oportunidade de andar pelo mundo, o que mais me encheu de orgulho no debate sobre a agenda digital, era a **referência** internacional do NIC.br, do CGI.br e do Marco Civil da Internet. Essa sessão solene é um agradecimento a todos aqueles que, ao longo dos 35 anos, colocaram de pé essa edificação que é o CGI.br, que é o NIC.br, e consolidaram o '.br' como marca, uma referência de segurança e confiança, que faz o Brasil ser um país respeitado nos debates globais”, afirmou Orlando Silva.

Internet como tecnologia livre

Ao fazer uma retrospectiva histórica, Demi Getschko lembrou que a Internet não possui um centro de controle, e desde o seu surgimento tem por característica ser uma rede aberta, um atributo que deve ser preservado.

Getschko também pontuou iniciativas realizadas pelo NIC.br em benefício do desenvolvimento da Internet no País. “Rapidamente tivemos superávit operando o registro do '.br', o que nos permitiu desenvolver atividades como os Pontos de Troca de Tráfego (PTT) - temos o maior PTT do mundo atualmente em SP -, produzir estatísticas sobre a Internet, trabalhar sobre protocolos da web e um leque de ações que são possíveis porque recolhemos o recurso do registro e o devolvemos à Internet no Brasil”, afirmou Demi.

O secretário executivo, Hartmut Glaser, e a coordenadora Renata Mielli também destacaram a atuação do Comitê Gestor ao longo dos anos. “O CGI.br concentra seus esforços em marcos muito importantes, a partir de um modelo de governança multissetorial, participamos ativamente na elaboração do Marco Civil da Internet, de aspectos regulatórios envolvendo a proteção à privacidade e aos dados pessoais, liderando pesquisas e monitorando o acesso e uso da Internet, da inclusão digital, da realização de conferências e eventos de porte nacional e internacional”, pontuou Hartmut Glaser.

Mielli destacou ainda o envolvimento do Comitê Gestor em temas atuais, como a regulação de plataformas digitais e o impacto da inteligência artificial na Internet, enaltecendo a sessão solene enquanto um reconhecimento do trabalho realizado.

Entre as autoridades e lideranças que receberam a palavra para homenagear os 35 anos do .br, esteve João Brant, secretário de

Continuação: Sessão solene na Câmara dos Deputados marca os 35 anos do .br

políticas digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR).

A sessão solene também contou com a participação da coordenadora do diretor de serviços e tecnologia do NIC.br, Frederico Neves; do diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, o

embaixador Luciano Mazza; do representante da Comunidade Científica e Tecnológica no CGI.br, conselheiro Marcelo Fornazin; do diretor-presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior; e do representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), Wilson Jabur.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Arbitragem e Mediação
7

Pirataria
10

ABPI
12

Direitos Autorais
5